

Formação Contínua de Professores

Afixado por Ana Carneiro Martins - 08/09/06 10:09

Estive a ler com muita atenção as questões relacionadas com o Debate Nacional sobre Educação, sobretudo no que se refere à aprendizagem ao longo da vida. Sem querer fazer de qualquer forma uma crítica às questões mais frequentes, penso que o debate poderia abranger não só a forma (ou a melhor forma) de promover uma formação contínua e continuada mas também, e especialmente, a forma como essa formação é considerada para a melhoria efectiva do desempenho nas carreiras..

Vou apenas focar a situação dos docentes do ensino não superior que, no decurso da sua carreira fazem algumas formações, quer sob a forma de Acto de Formação Contínua, curso de especialização ou pós-graduação, mestrado e doutoramento.

Se é verdade que o regime de créditos permitia, até ao congelamento da progressão, subir nas carreiras e se os mestrados e doutoramentos permitiam avançar respectivamente 4 e 6 anos (ou 4 e 2 se os últimos já tivessem um mestrado) a verdade é que do ponto de vista essencialmente profissional a frequência de tais cursos não contribui em nada para uma melhoria profissional (apenas interfere no campo remuneratório). Tentando tornar este ponto mais claro refiro que as regras dos concursos de colocação de docentes nunca contemplaram a frequência de qualquer curso que não fosse o grau da formação inicial (refira-se que mesmo os cursos de especialização que atribuíam a licenciatura, ao abrigo do artº 56 do ECD, deixaram de ser considerados no último concurso para a docência).

Assim, tendo em conta que a maioria das escolas utiliza os critérios dos concursos nacionais como forma de precedência na escolha de horários vemos situações em que professores de escolar superior (que já não precisam de fazer qualquer tipo de formação desde há alguns anos por se encontrarem no topo da carreira) são os que escolhem em primeiro lugar, encontrando-se muitas vezes completamente ultrapassados por terem deixado os estudos há alguns anos; esta situação é ainda mais preocupante quando se trata de disciplinas de carácter científico em que os conhecimentos têm evoluído de uma forma exponencial nesta última década.

Assim, para terminar, quero apenas aqui deixar o meu alerta para o facto de o Ministério da Educação que deveria, pelo exemplo, ser o primeiro a considerar a importância da formação, ser aquele que incentiva o recurso à ALV de uma forma mercenária, por um lado, e pouco reconhecida por outro.

Ana Carneiro Martins

Item editado por: tgaspar, em: AM/09/08 11:09

=====